



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

## **PARECER Nº       , DE 2020**

Do PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, sobre o Projeto de Lei nº 5.066, de 2020, do Senador Plínio Valério, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Relator: Senador Mecias de Jesus

### **I – RELATÓRIO**

Vem para o exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 5.066, de 2020, de autoria do Senador Plínio Valério, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

O PL compreende cinco artigos.

O art. 1º introduz dispositivo na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNP) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e dá outras providências. O dispositivo incluído pelo PL nº 5.066, de 2020, define os objetivos do estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás



SF/20470.13967-81

natural e outros hidrocarbonetos fluidos, preconizado como atribuição da ANP pelo inciso X do art. 8º da Lei nº 9.478, de 1997: (i) inclusão de cláusula de investimento mínimo obrigatório em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que deverão constar dos contratos, em todos os regimes, para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; (ii) fomento da aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos em todas as bacias sedimentares no território nacional; e (iii) a promoção da alocação de recursos entre instituições e centros de pesquisa situados em todas as regiões geográficas brasileiras.

O art. 1º do PL acresce, ainda, o inciso XIII no art. 43 da Lei nº 9.478, de 1997, estabelecendo a obrigação de investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação como cláusula essencial dos respectivos contratos de concessão.

O art. 2º do PL inclui o inciso XXIV no art. 29 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. O dispositivo inclui, como cláusula essencial do contrato de partilha de produção, o investimento mínimo obrigatório em pesquisa, desenvolvimento e inovação, nos mesmos moldes do realizado pelo art. 1º do PL para os contratos de concessão.

O art. 3º do PL prevê que 5%, no mínimo, do total dos recursos da Cláusula de Investimentos de P, D & I, previstos nos contratos de produção entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e as operadoras, independentemente da fonte geradora do recurso, sejam destinados a pesquisas para aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos em bacias sedimentares localizadas em áreas terrestres. O parágrafo único desse art. 3º dispõe que Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definirá o percentual de aplicação, bem como os ajustes periódicos necessários.

O art. 4º do PL dispõe sobre a definição de critérios para aplicação dos recursos financeiros de que trata o inciso I do art. 8º-B da Lei nº 9.478, de 1997, independente da fonte geradora do recurso.



Nesse contexto, o dispositivo prevê que o CNPE estabelecerá parâmetros de forma a que universidades e centros de pesquisa credenciados pela ANP, e sediadas em cada região geográfica, recebam um percentual mínimo de 10% do valor total desses recursos.

O art. 5º do PL dispõe sobre a cláusula de vigência, a saber, 180 dias após a publicação da Lei. Destaca-se, ainda, o estabelecimento do prazo máximo de vigência de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor da Lei, exclusivamente no que se refere aos arts. 3º e 4º do PL em tela.

Na Justificação do PL, o autor expõe, inicialmente, que a Lei do Petróleo prevê que a ANP deva “estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento”. Em função disso, os contratos de concessão, de partilha de produção, e da cessão onerosa determinam um percentual mínimo que as empresas petrolíferas devem aplicar em projetos de P, D & I. Porém, o autor da proposição entende que é necessário promover aperfeiçoamentos nesse arranjo, e defende que o Poder Legislativo estabeleça diretrizes mínimas a serem observadas pela ANP na aplicação dos recursos. Propõe, assim, que os recursos sejam distribuídos de forma mais equânime, para contemplar todas as bacias sedimentares do território nacional e todas as regiões brasileiras.

Hoje, alega o autor do PL, os recursos de investimentos em P, D & I são alocados prioritariamente em bacias sedimentares no mar territorial, e não se obtém o conhecimento geológico sobre as bacias sedimentares terrestres. Tal aproveitamento estimularia o desenvolvimento regional e a geração de emprego, bem como a aquisição de dados que poderiam ajudar na descoberta de novos campos e no aumento da vida útil dos campos terrestres maduros. Por isso, propõe que, por cinco anos, 5%, no mínimo, dos recursos associados à Cláusula de P, D & I nos contratos de exploração e produção sejam destinados a projetos nas bacias sedimentares terrestres. As diretrizes também visam a aumentar o protagonismo das instituições de ciência e tecnologia nas Regiões Norte, Nordeste e CentroOeste.

Por fim, considerando a inovação tecnológica como vetor de crescimento econômico, o autor do PL pondera que a criação de uma rede de pesquisas gera externalidades positivas, como a atração de novos arranjos



produtivos e a qualificação da mão-de-obra local. Pode-se, com isso, diminuir a concentração de recursos de P, D & I em regiões mais ricas, democratizando a geração dessas externalidades. Dessa forma, propõe que, no mínimo, 10% dos recursos associados à Cláusula de P, D & I sejam garantidos a instituições e centros de pesquisas localizados em cada uma das regiões geográficas brasileiras.

O PL nº 5.066, de 2020, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM), teve sua tramitação iniciada em 29 de outubro de 2020, tendo sido apenas encaminhado para publicação na mesma data (encontrando-se ainda no Plenário).

Na apreciação pelo Plenário em 10 de dezembro de 2020, foram apresentadas duas emendas. A primeira emenda propõe alterar o art. 3º do PL, no sentido de aumentar tal percentual para 7,5% (em vez de 5%) do total dos recursos da Cláusula de Investimentos de P,D&I prevista nos contratos de produção entre a ANP e as operadoras, independentemente da fonte geradora do recurso. Além disso, propõe um menor prazo de *vacatio legis* (no caso, reduzindo de 180 para 120 dias) e maior prazo de vigência dos efeitos do PL em tela (passando de 5 para 10 anos), com alteração dos incisos I e II do art. 5º do PL. A segunda emenda propõe aumentar o percentual dos recursos da Cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P, D & I previstas nos contratos de produção para o percentual de 10% (dez por cento), e estabelecer a vigência mínima de 10 (dez) anos para os efeitos do PL.

## II – ANÁLISE

A Carta Magna dispõe em seu art. 22, inciso IV, que compete privativamente à União legislar sobre energia, e sob esse aspecto o PL em tela não afronta a Constituição. Ademais, trata-se de matéria cuja iniciativa não é restrita do Presidente da República, ou seja, a matéria em linhas gerais atende ao disposto no *caput* do art. 61 da Carta Magna e não traz conteúdo afeto aos temas descritos no § 1º do art. 61 da Carta Magna. Também, a matéria atende ao cumprimento de objetivos constitucionais que o Estado tem, nos termos do art. 3º, III, da Carta, e dos objetivos gerais da ordem econômica, dispostos no art. 170, VII, da Constituição Federal: enfrentar as desigualdades regionais. Logo, sob esses aspectos, não se identificou vícios quanto à constitucionalidade no PL analisado.



Além disso, não nos parece haver óbices em relação aos aspectos regimentais porque, durante a pandemia com que estamos convivendo, o rito estabelecido pelo Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de apreciação das matérias pelas comissões, foi substituído pelo Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal (SDR).

Quanto ao mérito, nos termos do argumento bem apresentado pelo autor, infere-se do PL que os recursos para o setor de P, D e I serão distribuídos de forma mais equânime, contemplando todas as bacias sedimentares do território nacional e todas as regiões brasileiras. Também, a mudança contribuirá para o aumento do protagonismo das instituições de ciência e tecnologia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na medida em que garante recursos para elas em cada uma das regiões geográficas brasileiras, contribuindo para seu crescimento econômico e geração de renda no futuro.

Ainda, o Projeto de Lei 5066 visa a ordenar os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) advindos de fundo formado de pagamentos (1% da Receita Bruta) feitos por empresas com direito a Participação Especial (PE) em campos de grande produção e rentabilidade.

Neste sentido, a prática já existente de investimento deste fundo em PD&I passa, pela nova redação, a condicionar um investimento mínimo de 10% do mesmo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Informa-se, ainda, que o PL nº 5.066, de 2020, não implica aumento de gastos orçamentários para a União, não havendo qualquer oneração do erário. Ao contrário, o que ocorre é apenas uma nova maneira de distribuir os recursos coletados neste fundo, beneficiando regiões historicamente prejudicadas na partilha dos mesmos e, assim sendo, revelase em instrumento fundamental e importantíssimo não só para a democratização da referida partilha, mas, também, para a mitigação de desigualdades socioeconômicas que tanto flagelam essas regiões desassistidas.

Neste contexto, a redução das desigualdades será alcançada, na medida que os estados veem-se frente a uma oportunidade histórica, uma vez que a captação de parte destes recursos pelas Universidades Federais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste enseja a criação de centros de

SENADO FEDERAL – Gabinete do Senador Mecias de Jesus | Anexo II, Ala Ruy Carneiro, Gabinete 02 | CEP 70165-900 |



excelência em PD&I inéditos aos estados e, a reboque disto, novas matrizes energéticas e econômicas. Dada a complexidade das cadeias de pesquisa, exploração e produção de hidrocarbonetos, descortina-se a possibilidade de criação de amplos programas de financiamento acadêmico e de empregos no comércio de bens e serviços dos estados, bem como a criação de pequenas e médias indústrias e empresas associadas a estas atividades.

Universidades Federais das regiões supramencionadas, contam com departamentos e Cursos de Geologia com infraestrutura e corpo docente qualificado, bem como instituições já cadastradas na ANP para o desenvolvimento de pesquisas deste cunho. Cabe salientar que além do Departamento de Geologia, agregam as suas infraestruturas, corpo docente bastante qualificado e capaz em áreas correlatas como Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Agrônômicas, Tecnologia da Informação, Física, Química e Administração.

À guisa de exemplo, pesquisas empreendidas pelos pesquisadores da UFRR revelam que a porção brasileira da Bacia do Tacutu tem grande potencial para a geração e acumulação de hidrocarbonetos, tal como já observado em sua porção na Guiana Inglesa. As recentes descobertas de gigantescos campos petrolíferos e gaseíferos no offshore da Guiana Inglesa e Suriname reforçam a sugestão de grande potencial hidrocarbonífero para a porção brasileira da Bacia do Tacutu, uma vez que esta é um braço do mesmo processo que deu origem a estes depósitos, a saber, a quebra do Pangea e abertura do Atlântico Equatorial. Pesquisas recentes indicam também um potencial hidrocarbonífero para a porção roraimense da Bacia do Amazonas, uma vez que níveis paleozóicos geradores de gás no estado do Amazonas foram encontrados agora também no sul de Roraima.

Frente a este quadro, a aprovação do PL 5066 possibilitaria os recursos necessários para o desenvolvimento das pesquisas para a quantificação de possíveis reservas e, em caso de sucesso, o início de atividades econômicas que revolucionariam a matriz econômica e social dos estados, tudo isto sem atentar contra os direitos de povos originários, quilombolas e caiçaras. Acredita-se que a capacitação das Universidades Federais via estes recursos fomentaria a captação de vultuosos recursos extras advindos de empresas interessadas em participar tanto da exploração, quanto da transformação econômico-social dos estados.



Cabe salientar, que independentemente da confirmação ou não de reservas economicamente exploráveis nos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a aprovação do PL 5066 viabilizaria a transformação de várias unidades das Universidades Federais em centros de excelência, capacitando-as a prestar serviços especializados e rentáveis à nascente indústria petrolífera que em algumas regiões buscam em países estrangeiros longínquos esta expertise e infraestrutura. As regiões experimentariam também forte e amplo incremento na sua capacidade de incubar empresas de tecnologia de ponta e serviços especializados, com nítidas consequências positivas para a inovação tecnológica.

É preciso destacar ainda que a sustentabilidade destas atividades vê-se também contemplada, uma vez que a projeção de verbas a serem disponibilizadas para fins de PD&I seriam suficientes para amplos estudos ambientais aplicados.

Quanto à boa técnica legislativa, cabe adotar apenas um emenda de redação ao parágrafo único do art. 3º do Projeto de Lei nº 5066, de 2020, no termos a seguir estabelecidos.

No tocante às emendas apresentadas, em que pese elas serem de grande valor e visarem ao aprimoramento do Projeto de Lei ora analisado, decidiu-se por não acatá-las, de modo a preservar a sensibilidade e o entendimento do autor da proposta original.

Portanto, o PL nº 5.066, de 2020, nos parece coerente com os critérios de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e de mérito, além de não implicar impacto fiscal. Apenas indica-se a adoção da emenda de redação supramencionada. Destarte, não vemos obstáculo formal, ou de relevo de conteúdo, à consideração e à deliberação sobre a matéria.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.066, de 2020, considerando-se a emenda de redação a seguir apresentada e pela rejeição das emendas de nº 1 e nº 2.



**EMENDA Nº       - PLEN**

(ao PL nº 5066, de 2020)

Faça-se a seguinte emenda de redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 5066, de 2020:

“Art. 3º. ....  
Parágrafo único.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de emenda de redação para o atendimento à melhor técnica legislativa.

Sala das Sessões,       de dezembro de 2020.

---

Senador MECIAS DE JESUS.

